



CABO DE SANTO AGOSTINHO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Eixo Temático 1 - Fundamentos, processos de pesquisa e a temática patrimonial: modos de construção horizontais a partir da academia

Edson José da Silva
Doutorando em Teoria da Literatura [UFPE]
ed.jose.avlis@gmail.com

Vanessa Maschio dos Reis
Arquiteta e Urbanista, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Urbano UFPE, Brasil
vanessa.reis@ufpe.br

* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

RESUMO

O artigo aborda uma experiência pedagógica transdisciplinar acerca do tema da conservação do patrimônio cultural da cidade do Cabo de Santo Agostinho, em uma escola da rede pública estadual de Pernambuco. Centrada em uma mirada teórica fornecida pelos estudos de Kevin Lynch (1997), a oficina buscou apontar as linhas gerais da construção da imagem de uma cidade, como os conceitos de legibilidade, de sistematicidade e de identidade para leitura do espaço urbano; assim como também expôs e discutiu elementos da cidade propostos pelo urbanista supracitado: vias, ponto nodal, marco, bairro. Aliado a isso, a pesquisa apontou as particularidades da formação urbana do Cabo de Santo Agostinho (MORAIS DE BARROS, 2004), marcada pelos surtos de crescimento econômico e pelo crescimento urbano informal. Tanto os elementos da leitura da imagem da cidade, quanto da formação urbana cabense foram articulados com a noção de conservação do patrimônio cultural observada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para que os alunos refletissem sobre a questão para a construção de um texto argumentativo dissertativo como resultado da oficina. O encontro foi iniciado com uma apresentação de músicas que apontam os elementos da formação da cidade; em seguida, foram elencados elementos da formação urbana do Cabo de Santo Agostinho; nesse sentido, foi apresentada uma representação cartográfica, para que os alunos apontassem locais importantes do ponto de vista afetivo e do ponto de vista da conservação patrimonial; por fim, os alunos fizeram uma redação acerca do tema da conservação do patrimônio cultural da cidade. Ao analisar as redações, chegou-se à conclusão de que o Patrimônio Cultural Material da cidade ainda é mais lembrado e celebrado em seus marcos históricos do que pela relevância da cultura imaterial. Nesse sentido, esta experiência pedagógica permitiu uma práxis mais inclusiva e horizontal na construção do conhecimento.

Palavras-chaves: *Patrimônio cultural; educação patrimonial; redação.*

ABSTRACT

The article addresses a transdisciplinary pedagogical experience on the subject of conservation of the cultural heritage of the city of Cabo de Santo Agostinho, in a state public school in Pernambuco located in the municipality. Centered on a theoretical perspective provided by the studies of Kevin Lynch (1997), the workshop sought to point out the general lines of construction of the image of a city, such as the concepts of legibility, systematicity and identity for reading the urban space; as well as exposing and discussing elements of the city proposed by the aforementioned urban planner: roads, nodal point, landmark, neighborhood. Allied to this, the research pointed out the particularities of the urban formation of Cabo de Santo Agostinho (MORAIS DE BARROS, 2004), marked by economic growth spurts and informal urban growth. Both the elements of reading the image of the city and the urban formation of Cabense were articulated with the notion of conservation of the cultural heritage observed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional so that the students could reflect on this issue for the construction of an argumentative dissertation as a product from the workshop. The meeting started with a presentation of songs that point out the elements of the formation of the city; then, elements of the urban formation of Cabo de Santo Agostinho were listed; in this sense, a cartographic representation was presented so that the students could point out important places from an affective point of view and from the point of view of heritage conservation; Finally, the students wrote an essay on the theme of conservation of the city's cultural heritage. By analyzing the essays, it was concluded that the city's Material Cultural Heritage is still more remembered and celebrated in its historical landmarks than by the relevance of immaterial culture. In this sense, this pedagogical experience allowed a more inclusive and horizontal pedagogical praxis in the construction of knowledge.

Keywords: *Cultural heritage; heritage education; essay.*

INTRODUÇÃO

Se é indiscutível a importância da preservação do Patrimônio Cultural como um processo comunitário, a escola deve ocupar papel fundamental na sensibilização para conservação desse patrimônio. Nesse espaço, os saberes, as práticas, os documentos e os monumentos dos antepassados podem aparecer em conexão com o saber científico contemporâneo. Com efeito, o contexto escolar pode contribuir à construção e propagação da memória e da identidade de uma nação, de uma região, de uma cidade.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal expor e discutir os resultados de uma experiência pedagógica que trabalhou a relação entre Patrimônio Cultural, Arte e Produção textual com o intuito de propor uma reflexão acerca de questões importantes à problemática da conservação patrimonial. O trabalho parte do pressuposto da intersecção entre os saberes, uma vez que conecta zonas como a linguagem, a arquitetura e o urbanismo, além de construir um espaço de debate acerca da conservação do patrimônio como um processo comunitário. Além disso, também foi considerada a importância da arte no processo de ensino-aprendizado, uma vez que composições de letras de músicas tiveram o papel de sensibilização dos alunos para as questões urbanas tratadas na experiência educacional.

Para uma aproximação teórica, buscou-se uma leitura de estudiosos da imagem da cidade, particularmente Kevin Lynch (1997) e sua reflexão sobre elementos da composição da cidade, como vias, limites, bairros, entre outros. Também se buscou uma leitura de trabalhos acadêmicos acerca da urbe em que a atividade foi desenvolvida, o Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil - cidade balneária de grande importância desde o período da Colônia e de drásticas mudanças urbanísticas ao longo do tempo (BARROS, 2004; PENHA DE SOUZA, 2003; PEREIRA JUNIOR, 2015). Nesse sentido, a reflexão visa entender os elementos da cidade do Cabo de Santo Agostinho dentro da perspectiva de patrimônio material e imaterial conforme conceitos estabelecidos por um órgão oficial, como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN.

Em um primeiro momento, serão discutidas as questões relacionadas aos elementos da formação da cidade. Em seguida, serão apresentados os resultantes da pesquisa feita acerca da particularidade da formação histórica urbana do Cabo de Santo Agostinho e de como uma discussão acerca do patrimônio material e imaterial pode auxiliar no pensamento de uma cidade mais harmônica frente a conservação patrimonial. Após os aportes para um arcabouço teórico e histórico, será exposta uma descrição da atividade pedagógica posta em ação no contexto do debate sobre patrimônio e cidade. Por fim, terá lugar uma discussão sobre os resultados da atividade pedagógica, por meio da produção textual dos alunos realizada ao final do encontro.

A VISÃO DA CIDADE

Em um importante texto sobre o desenho urbano de três cidades estadunidenses (1997), o urbanista e professor acadêmico Kevin Lynch busca pensar a qualidade visual das cidades ao levar em consideração elementos como dimensão, tempo e complexidade no interior da formação das urbes. Em que pese a diferença entre grandes cidades como Boston, Jersey City ou Los Angeles, a reflexão posta em seu livro *A Imagem da Cidade* (1997) auxilia a pensar outros arranjos urbanos, como o Cabo de Santo Agostinho, que aparece como o objeto central deste

artigo e do encontro pedagógico que foi desenvolvido em uma escola pública estadual desta cidade. Claro está que a análise de Lynch leva em consideração a dimensão de grandes cidades, no entanto, é possível entender, nesta gramática das formas citadinas, as marcas universais que valem tanto para Los Angeles quanto para o Cabo de Santo Agostinho, ao que pese as diferenças entre estas realidades.

Kevin Lynch parte da noção de cidade enquanto design para pensar na forma como o espectador, que por sua vez faz parte da cidade enquanto elemento móvel, pode se deparar com essa imagem, com esse design. Uma vez que "em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as sequências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas. A cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis" (LYNCH, 1997, p. 1). Nesse sentido, a imagem da cidade depende da multiplicidade da perspectiva do observador.

Mas as perspectivas múltiplas não significam a aceitação da cidade como um mero caos urbano. Nesse diapasão, o autor chama atenção para os elementos de organização do desenho urbano, como a legibilidade, uma vez que "uma cidade legível seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados num modelo geral" (LYNCH, 1997, p. 3). O elemento da legibilidade oferece ao cidadão uma segurança emocional, como pensa o urbanista, uma vez que as imagens do ambiente urbano existem em uma dialética entre o observador e seu ambiente.

Ainda para Lynch, a imagem da cidade pode ser dividida em três componentes: identidade, estrutura e significado. Partindo da noção de legibilidade, a visão da cidade deve oferecer uma identificação de um objeto, o que implica sua "diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável" (1997, p. 9). Ora, essa identificação dos elementos urbanos deve "incluir a relação espacial ou paradigmáticas do objeto com o observador e outros objetos" (1997, p. 9), ou seja, as relações entre os elementos estruturais da formação do design da urbe. Por fim, essa identidade e a relação estrutural deve ensejar a formação de um significado para quem observa, de modo que a imagem da cidade pode ser reconhecida e organizada.

Após analisar três grandes cidades americanas, Lynch elenca os elementos formativos do design urbano. Esse ponto do livro do professor estadunidense é de suma importância para que uma experiência pedagógica como a proposta neste artigo seja colocada em ação, uma vez que fornecerá termos específicos e rigorosos para os elementos que os próprios alunos reconhecem visualmente. Nesse sentido, destacam-se as vias, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos. Para a noção de imagem da cidade, as vias têm um papel fundamental, uma vez que elas "são os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial" (LYNCH, 1997, p. 52), sendo exemplos de vias as ruas, os canais, as ferrovias, as linhas de trânsito, entre outras. Com efeito, as vias são elementos que oferecem a visão da cidade de maneira mais evidente ao seu observador.

Já os limites correspondem aos "elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador" (LYNCH, 1997, p. 52). São as partes da cidade que oferecem uma quebra frente as vias, como é o caso das praias, dos rios, dos espaços em construção etc. Como se vê, os limites podem ser da ordem natural ou antrópica. Outro elemento da imagem urbana são os bairros, sendo "regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional" (LYNCH, 1997, p. 52).

Ainda nesse sentido de elencar os elementos da imagem cidadina, os pontos nodais "podem ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura para outra" (LYNCH, 1997, p. 53). Através desses pontos nodais, o observador pode se locomover entre as junções das vias, na conexão entre os bairros, na percepção entre os limites dos elementos da cidade.

Por fim, o marco é um tipo de referência para a formação da imagem da cidade. Pode ser um marco estático e antrópico, com um edifício, sinal de trânsito ou loja, ou ainda de origem natural, como montanhas ou até o sol. Desse modo, o marco é de suma importância para entender a cidade como um todo.

Lynch, dentro da sua visão integrada dos elementos da cidade, assevera que "nenhum dos tipos de elementos acima especificados existe isoladamente em situação concreta. Os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos" (LYNCH, 1997, p, 54). Sendo assim, é possível entender a cidade levando em consideração as categorias de legibilidade, estrutura e significado, noções chaves à percepção da imagem da cidade, sempre em relação dialética com seu observador participante.

A IMAGEM DA CIDADE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Reduto da tribo caetés na América pré-colombiana, o Cabo de Santo Agostinho, a partir do processo de colonização, teve um importante papel estratégico e econômico nos primeiros séculos desse processo mercantilista. Os primeiros povoamentos da cidade surgem a partir do Rio Pirapama até o seu delta, no atual pontal de Suape.

Com efeito, desde os primeiros tempos de sua urbanização, o Cabo de Santo Agostinho é desenhado segundo as querências do mercado internacional - a partir da produção de cana-de-açúcar, nos primeiros séculos da colonização portuguesa, e mesmo durante a ocupação holandesa, na primeira metade do século XVII (DE MELO, 2010). No decorrer dos séculos, a cidade foi sendo desenhada segundo as mutabilidades dos processos econômicos e dos desdobramentos desses sobre a demografia da urbe.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (S.d.), o Cabo de Santo Agostinho possui uma área territorial de 445.343 Km², que abrange uma população de 210.796 pessoas, o que se traduz em uma densidade demográfica de 412,33 habitantes por Km². Do ponto de vista da realidade brasileira (22 hab./Km²), a cidade pode ser entendida como de alta densidade demográfica, fruto de distritos urbanos bastante populosos, como Ponte dos Carvalhos e Pontezinha, ou ainda de bairros como Torrinha ou Cohab, localizados na parte central da cidade.

Como já dito, a cidade foi sendo desenhada segundo as vicissitudes dos processos econômicos e sua urbanização ganhou força justamente durante a segunda metade do século XX. Ora, se o êxodo rural e a formação de grandes cidades são uma tônica dessa centúria, como explica o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), cidades do nordeste brasileiro sofreram esse processo na segunda metade do século, impulsionadas pelos desdobramentos econômicos da região sudeste do país.

Em suma, somente é possível entender o desenho da cidade levando em consideração esses constrangimentos de ordem nacional e internacional, atribuindo essas mudanças a fatores

exógenos à própria cidade. Em uma dissertação de mestrado sobre a ocupação demográfica da cidade, Alexandre Morais de Barros (2004), pesquisador e habitante da cidade, aponta essas características tanto na construção habitacional da cidade, quanto em seu desenho urbano:

A Cidade do Cabo de Santo Agostinho foi meio e condição do conjunto do Sistema de Objetos e Sistema de Ações, impostos por forças alienígenas, repercutindo como eventos sócio geográficos que, ao longo de sua ocorrência, vêm provocando impactos sobre o crescimento urbano e criando tensões no âmbito da questão habitacional. Esses eventos são os acontecimentos, são os atos localizados no tempo e no espaço, que provocam mudanças permanentes, enquanto eles existem (MORAIS DE BARROS, 2004, p. 23).

Veja-se que o trabalho acima citado foi publicado antes da explosão habitacional e da mudança que se deu na cidade a partir do aquecimento do complexo portuário de Suape, responsável pela introdução massiva de migrantes de várias partes do Brasil, além de uma explosão imobiliária que mudou fortemente a paisagem dos bairros mais populosos. Não obstante essa diferença de tempo entre a publicação desta dissertação e as mudanças de uma década operadas por Suape, essas características elencadas pelo pesquisador cabense se revelaram ainda mais radicais no primeiro decênio do século XXI.

O autor supracitado chama atenção para os pontos de inflexão no que concerne ao crescimento urbano do Cabo de Santo Agostinho. O primeiro deles se dá na década de 1940, com a implantação da Destilaria Central Presidente Vargas, de modo que, nos próximos vinte anos, o bairro ao redor desse empreendimento revelava importantes equipamentos urbanos, formado por uma vila operária, praça, cinema, campo de futebol etc (MORAIS DE BARROS, 2004).

Embora não tenha representado um grande ponto de crescimento urbano, devido a sua extensão, pode-se dizer que o bairro da Destilaria forneceu a primeira experiência de desenho urbano planejado do Cabo de Santo Agostinho. No entanto, ainda hoje o bairro, que margeia o Rio Pirapama, sofre com inundações e aquilo que restou da Destilaria foi ocupado por favelas, o que deixa evidente os problemas de planejamento urbano sofridos pela cidade desde os anos 1940 (MORAIS DE BARROS, 2004).

Nessa linha cronológica, destaca-se, nos anos 1960, a implantação do distrito industrial na cidade, em espaços que antes eram possessões da Usina José Rufino, localizada a oeste do centro. Veja-se que a implantação deste complexo industrial gera a formação dos dois principais distritos urbanos da cidade, Pontezinha e Ponte dos Carvalhos (ANRADE; LINS, 1984, p. 171), com uma população de 9.207²¹ e 26.320²² habitantes, respectivamente. Como se vê, esses dois distritos foram sendo desenhados não por um projeto urbanístico coerente, mas dentro de necessidades surgidas pelo surgimento de um empreendimento econômico que aparece de necessidades exógenas à cidade.

A explosão habitacional trazida a reboque pelo empreendimento industrial transformou o desenho da cidade a partir da década de 1960 e do decênio subsequente. Daí, surgem bairros

21 https://populacao.net.br/populacao-pontezinha_cabo-de-santo-agostinho_pe.html Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

22 https://populacao.net.br/populacao-ponte-dos-carvalhos_cabo-de-santo-agostinho_pe.html Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

como Charneca, Rosa dos Ventos ou Novo Horizonte, localizados em áreas acidentadas nos morros. Eram bairros que absorviam o êxodo rural e a chegada de pessoas de outras cidades, atraídas pelo complexo industrial. Esse período assiste ao desenvolvimento de loteamentos ao redor do centro da cidade. No entanto, esses empreendimentos urbanos estão fortemente marcados pela renda dos seus habitantes e dividiram radicalmente o desenho urbano do Cabo de Santo Agostinho até a atualidade:

Os loteamentos destinados à classe de renda média foram implantados em terras baixas pertencentes às antigas Usinas José Rufino (Loteamento José Rufino) e Usina Santo Inácio (Loteamento Jardim Santo Inácio e Cidade Garapu), devidamente regulamentados. Já os loteamentos populares (leia-se também clandestinos) foram instalados em áreas de morros, ora em terras pertencentes ao Estado, como o loteamento que originou a Vila da Charneca; ora em terras privadas, como os loteamentos: Chaves do Rei e Novo Horizonte, considerados irregulares, porque não foram submetidos à regulamentação técnica exigida para sua instalação (MORAIS DE BARROS, 2004, p. 102).

Atualmente, tendo a PE-60 como ponto nodal, pode-se dizer que esta rodovia divide radicalmente o desenho urbano da cidade, separando os loteamentos das terras baixas, que têm como limites o Rio Pirapama, dos morros e loteamentos irregulares, limitados pela BR-101.

Nos loteamentos como Santo Inácio, Cidade Garapú e José Rufino, os elementos elencados por Kevin Lynch (1997), como a legibilidade, a estrutura e a identificação aparecem de maneira evidente, uma vez que as vias, os pontos nodais e os marcos estão bem delimitados devido ao planejamento bem executado, além da resolução do problema da inundação tão recorrente no bairro operário da Destilaria, que deu início a esse processo de alargamento urbano.

Já nos bairros assentados como loteamentos clandestinos, os elementos da legibilidade, da relação estrutural entre as partes da paisagem urbana ou da identificação paisagística desse elemento são toldadas pela construção irregular das moradias, que se mesclam em profusão da gramática da forma e da confecção das ruas, que mais respondem as querências individuais e arbitrárias.

Como se vê, a urbanização do Cabo de Santo Agostinho segue os mesmos ditames desse processo no interior da formação das cidades brasileiras na segunda metade do século XXI, como afirmava Milton Santos (2013) no seu livro incontornável sobre o tema, ainda nos últimos anos do Regime Militar:

Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável o que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40 %, isto é, perto de trinta milhões de pessoas (SANTOS, 2013, p. 28).

O século XXI trouxe uma problemática ainda mais dramática no processo de desenho urbano do Cabo de Santo Agostinho: o aquecimento do complexo portuário de Suape. O primeiro grande impacto é a chegada de vários trabalhadores de diversos lugares do Brasil, mas principalmente da Bahia (uma vez que este estado já sofria com o desaquecimento do Porto de Camaçari). Essa realidade fez com que diversos empreendimentos imobiliários fossem

criados, geralmente de condomínios e de séries de quitinetes e habitações precárias para absorver os migrantes.

Mas, do ponto de vista do desenho da cidade, a explosão econômica do Porto de Suape trouxe desdobramentos radicais. Veja-se o forte impacto que o empreendimento legou às comunidades tradicionais que habitavam naquele espaço:

Em nome do desenvolvimento beneficiam-se diretamente as empresas que se apropriam do território, dos recursos, da mão de obra barata e das isenções fiscais do Estado, em definitiva, para a reprodução do capital. Os impactos negativos são para as comunidades moradoras desse território que sofrem expropriações, marginalização, dependência, exclusão (FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 174-175).

Do ponto de vista amplo, a cidade sofreu mudanças no seu design para receber os desdobramentos advindos do Complexo de Suape; nesse sentido, destaca-se a abertura da Avenida Historiador Pereira da Costa, que ganhou ciclofaixa e mão dupla para quem sai do centro da cidade. No entanto, a cidade permaneceu desenhada com suas fraturas urbanas, sua falta de legibilidade na maior parte de seus bairros e com uma realidade ainda mais dramática por conta da explosão imobiliária construída, muitas vezes, arbitrariamente.

A partir de 2016, com a forte crise política enfrentada pelo Brasil, o Complexo Portuário de Suape, que estava assentado no contexto do PAC (Programa para Aceleração do Crescimento) durante o governo de Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, sofre com uma profunda crise que, de fato, lega à cidade problemas próprios de uma decadência econômica. A fala do Presidente do Complexo, em 2016, ilustra muito bem a relação entre crise política e a decadência do Porto: "essa conjuntura [de crise política] também atrapalha o andamento das licitações. Se Michel Temer assumir a Presidência da República, vamos ter que começar as discussões praticamente do zero" (NORÕES *apud* PORTOS E NAVIOS, 2016, s.p.). Como se vê, o forte esfriamento do Porto de Suape, conduzido por forças alienígenas, significa o fim de um ciclo econômico que desenhou a cidade por décadas.

Em que pese os grandes empreendimentos econômicos – Destilaria, na década de 1940; complexo industrial, na década de 1960; e Porto de Suape, construído em 1970 -, a cidade não conseguiu transformar de forma decisiva seu desenho urbano, ficando a reboque do apogeu e da decadência desses empreendimentos. Ao tomar a parte central da cidade, que vai da Barragem de Pirapama ao Rio Pirapama, ainda persistem a falta de legibilidade, de sistema e de identificação no seu design.

Esta realidade é uma importante condição para pensar como se dá a salvaguarda do patrimônio material e imaterial dos cabenses, ponto a ser discutido na intervenção pedagógica realizada por esta pesquisa, que partirá da realidade urbanista esboçada acima.

CIDADE E PATRIMÔNIO: O CASO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Iphan entende como patrimônio cultural

um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger

pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana (IPHAN, S.d.)

Considerando o intuito de preservar o patrimônio histórico brasileiro, o órgão incluiu em seu catálogo alguns monumentos construídos nos primeiros lances do povoamento da cidade do Cabo de Santo Agostinho, como Farol Novo, a Casa do Faroleiro, o Quartel Velho, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, o Convento Carmelita, entre outros. Evidentemente, a longa quantidade de monumentos reconhecidos na cidade são construções dos primeiros séculos da colonização portuguesa. Além disso, destaca-se o conjunto arquitetônico localizado no Engenho Massangana, casa onde, no século XIX, viveu Joaquim Nabuco.

No entanto, mesmo com a introdução desses monumentos sob a chancela de patrimônio, ainda é preciso identificar os patrimônios da cidade formados no processo de urbanização, mais precisamente de equipamentos construídos no século XX, como o Cinema e os Clubes da Destilaria, o Teatro Barreto Junior, a Praça Théo Silva, a Praça do Jacaré, enfim - para citar o próprio Iphan -, bens que “possuem vinculações a fatos memoráveis da história” (S.d., s.p).

A própria legislação municipal em vigor, isto é, a Política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (Plano Diretor Joaquim Nabuco), com duração até o ano de 2026, aponta possibilidades para pensar esses monumentos como patrimônio. Segundo este último documento, é uma diretriz geral desta política “a conservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana e do patrimônio histórico, artístico e cultural do município” (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2017, Art. 3, § VI), tendo na “proteção e a conservação do patrimônio histórico-cultural, artístico, ambiental, geológico e arqueológico” (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2017, Art. 4, § V) uma das funções sociais da cidade.

Além disso, expõe na Subseção I, em parágrafo único:

O território da Macroárea de Desenvolvimento Rural e Agropecuário (MADRA) congrega também patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e natural de forma difusa em sua extensão, como Engenho Coimbra, Matias e a Pedra da Pimenta, que devem ser preservados como bem municipal (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2017, subseção 1, § único).

Com isso, o Cabo de Santo Agostinho resgata uma importante parte de sua história, centrada na vida agrária dos engenhos de cana de açúcar, elemento essencial da economia cabense até o processo de urbanização.

Ao perceber o patrimônio histórico como um importante fundamento e entender sua salvaguarda como uma das funções sociais da cidade, o plano diretor permite vislumbrar as possibilidades de enquadrar os monumentos construídos no século XX enquanto patrimônio material da cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Em que pese a falta de elementos essenciais a uma boa imagem da cidade, isto é, as rasuras de legibilidade, sistematização e identidade, será possível pensar os bens culturais que podem ser protegidos sob a ordem de patrimônio cultural. É nesta perspectiva de sensibilização às questões patrimoniais descritas a seguir que a experiência pedagógica pretende promover a discussão.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA – CABO: CIDADE PATRIMÔNIO?

No dia 15 de fevereiro de 2023, foi desenvolvida a oficina intitulada *Cabo: cidade-patrimônio? Reflexões sobre cidade, arte e patrimônio cultural*, na Escola Técnica Estadual Epitácio Pessoa, localizada no Cabo de Santo Agostinho, na Avenida Historiador Pereira da Costa, principal avenida do centro desta cidade. Trata-se de uma instituição de ensino integral que assiste a 490 estudantes. A oficina dialoga com duas trilhas de conhecimentos transversais, no interior da dinâmica pedagógica da escola selecionada: a trilha Diversidade Cultural e Territórios e a trilha Desenvolvimento Social e Sustentabilidade, dentro da dinâmica de ensino própria de uma escola técnica integral. A oficina ocorreu no auditório da escola e contou com a presença de trinta alunos do segundo ano do Ensino Médio, com faixa etária média de 16 anos, tendo duração de três horas. A atividade usou, como materiais: uma televisão, para passar os slides; um computador; quadro branco e marcador para quadro branco, além de cópias com as letras das músicas e folhas para a produção da redação.

Tal momento contou com a participação dos dois autores deste artigo, a saber: Edson José da Silva, doutorando em Teoria da Literatura; e Vanessa Maschio dos Reis, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo. A atuação dos dois professores de áreas aparentemente díspares se explica pelo tema da oficina, relacionada tanto com questões de patrimônio, como também com a produção de uma redação ao final da oficina - daí a importância de um professor de linguagem. Nesse sentido, a oficina centrou-se numa perspectiva multidisciplinar, explorando a dimensão do debate frente aos alunos, a partir do próprio título da oficina, que utiliza a interrogação como forma de provocar à reflexão.

Em um primeiro momento, os integrantes da pesquisa se apresentaram. Em seguida, foi exposta a motivação da atividade, deixando claro que o estrato da oficina seria uma produção textual dos alunos, assim como a confecção deste artigo. Além disso, essa parte introdutória contou com uma exposição do roteiro da oficina.

Como um fator de sensibilização dos temas a serem tratados, foram apresentadas duas músicas que, de alguma maneira, tangenciam o tema da cidade. As composições escolhidas foram *Periferia é Periferia*, da banda paulista Racionais MC's, e *Conformopolis*, do cantor pernambucano Di Melo. Depois da execução das músicas, os alunos foram perguntados acerca dos temas gerais abordados pelas canções - nesse período, foi inserida a pergunta: o que é a cidade para você?

Após essa fase de provocação e sensibilização, buscou-se demonstrar as formas de abordagem e de representação do espaço urbano, ou seja, as múltiplas formas de interpretar a cidade: do ponto de vista artístico, como nas músicas utilizadas; a cidade dentro de uma representação científica, como no caso do mapa do Cabo de Santo Agostinho; a cidade como um espaço afetivo, ao trazer os pontos geográficos importantes para os alunos; a cidade como patrimônio cultural, para evocar o tema central da oficina.

Na etapa subsequente, foram abordados os principais pontos do supracitado livro de Kevin Lynch, *A Imagem da cidade* (1997), como os conceitos de legibilidade, de sistematização e de identidade. Foram definidos, também, traços da gramática da construção urbana, como vias, bairro, limites, marco, ponto nodal. Nesse ponto, o termo "cidade", presente no título da oficina, se achava contemplado, no intuito de que os alunos percebessem os elementos do espaço citadino.

Após levar em consideração a nomenclatura abordada por Lynch (1997), a arquiteta Vanessa Reis utilizou um mapa digital interativo, fomentado pelo *Google Earth*, para que os alunos apontassem as vias, os bairros, os limites e os marcos, demonstrando pontos importantes para eles no mapa.

Em seguida, Edson Silva, que foi morador do Cabo de Santo Agostinho, apontou os caracteres da formação urbana da cidade, conforme já apontado na parte teórica deste artigo. O professor apontou o passado colonial da cidade como uma importante localidade no processo colonial. Outro ponto dessa exposição foi demonstrar como os surtos de desenvolvimento compuseram o desenho urbano do Cabo de Santo Agostinho. Além disso, a oficina lançou mão da apresentação de notícias de periódicos, abordando tanto a violência na cidade, quanto a falta de conservação de equipamentos, de praças e de cinemas de grande importância para o patrimônio cultural dessa urbe.

Na próxima etapa, Vanessa Reis expôs as questões relacionadas ao patrimônio cultural material e imaterial, ao levantar pontos importantes deste tema e provocar um debate sobre a preservação do patrimônio cabense.

Após todo esse processo, os alunos foram convidados à construção de um texto argumentativo-dissertativo, nos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, a partir da indagação: o que preservar como Patrimônio Cultural no Cabo de Santo Agostinho?. Essa produção pedagógica teve a duração de 60 minutos, tempo que os alunos tiveram para fazer a redação, totalizando assim as três horas da oficina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os trinta alunos concluíram a produção textual antes do final do tempo estimado. É escusado apontar neste espaço as questões gramaticais na correção das redações. Nesse sentido, esta discussão partirá das questões relacionadas ao patrimônio cultural e de como os estudantes trabalharam essas mesmas questões no desenvolver de suas redações.

Na correção das redações, foi possível observar que o tema do patrimônio tornou-se central para as produções. Pode-se dizer que apenas três textos fugiram ao tema, ao abordar questões como violência, mas sem tangenciar o problema central da preservação do patrimônio cultural do Cabo de Santo Agostinho. Outra questão que apareceu na correção foi o problema do plágio, localizado em duas redações.

Nas outras 25 produções, o tema do patrimônio apareceu de forma cabal, ao que pese os problemas estruturais ou os desvios gramaticais destas redações. A aluna N.L. (a abreviação dos nomes respeita a política de preservação da identidade de pessoas menor de idade) apontou os patrimônios naturais da cidade. Já a estudante A. R. apontou o patrimônio imaterial dos bacamarteiros, que até contam com um museu no centro da cidade. Esse percurso de preservação do patrimônio imaterial também está presente na produção do aluno G. J. O estudante N. B. utilizou muito bem a definição de patrimônio cultural explorada pela professora Vanessa Reis – característica que também apareceu em todas as redações.

O aluno G. R. apontou a importância do patrimônio, assim como O. H. Já C. V. apontou para a importância da preservação dos equipamentos ainda não inseridos enquanto patrimônios culturais da cidade. K. R. definiu muito bem o contexto social da cidade e elencou vários de

seus problemas, mas sem, no entanto, explorar as questões relativas ao patrimônio. E. S. não deixou de abordar a importância da manutenção da memória; enquanto E. M. listou alguns dos equipamentos já tratados como patrimônios e que fazem parte da história colonial do município. I. L. utilizou os elementos da cidade trabalhados na oficina através do livro de Kevin Lynch (1997), recurso também bem utilizado pela aluna T.V.

A aluna M. S. apontou os principais problemas à preservação do patrimônio cultural na cidade, como o descaso do poder público. G. B. e J.F. listaram os equipamentos que poderiam ser preservados, como o primeiro cinema da cidade, assim como outrossim o fez L. C., além de dar uma definição do que seria o patrimônio cultural. Já I. G. apontou questões relativas à expansão urbana do município, assim como o fez M. B., mas sem tangenciar questões relacionadas ao patrimônio.

O aluno G. J. trabalhou uma definição de preservação e explorou as questões relacionadas ao patrimônio imaterial. A. F. respondeu muito bem a pergunta sobre como preservar o patrimônio cultural. M. I. elencou variedades do patrimônio (material e imaterial) e apontou formas de sua preservação.

A partir de uma análise clássica de conteúdo (BAUER; GASKELL, 2005) do conjunto dos textos produzidos, percebe-se que a maior parte dos alunos reconhece como patrimônio cultural aqueles bens culturais já patrimonializados pelas instituições de salvaguarda, evidenciando-se os bens culturais materiais em seus valores históricos. Foram elencados durante os textos dissertativos os seguintes bens patrimoniais: Conjunto Histórico de Nazaré, Parque Armando de Holanda, Igreja Matriz de Santo Antônio, Cinema da Destilaria, praias, engenhos, Quilombo Onze Negras, Sociedade Bacamarteira, Estádio Gileno de Carli e Bairro da Destilaria. Embora esses bens sejam, em sua maioria, de patrimônio cultural material, alguns alunos sensibilizaram-se para a importância de preservar os bens imateriais, como o Quilombo Onze Negras e a Sociedade Bacamarteira.

Em relação aos valores associados ao patrimônio cultural da Cidade do Cabo de Santo Agostinho, foi evidenciada a relevância dos valores históricos e culturais, ainda que tenham sido citados valores artísticos, religiosos, científicos, afetivos, éticos e de memória.

A respeito das construções de narrativas, para além de elencar bens culturais patrimoniais, destaca-se ainda a consistência das reflexões que trazem temáticas de violência, de segurança e de educação patrimonial relacionadas entre si.

Em suma, enquanto resultado dessa atividade pedagógica multidisciplinar e dialogal, pode-se dizer que a temática do patrimônio cultural foi elaborada reflexivamente pelos estudantes, não obstante os problemas gramaticais e de gênero textuais presente na maioria dos textos e que serão debatidos a posteriori em discussão com os próprios alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Como preservar? Isso pode não ser uma pergunta frequente, mas é algo a se abordar quando o assunto são os patrimônios da nossa cidade. Será que eles realmente têm algum valor? Qual será a sua importância?”. Essa foi a introdução interrogativa lançada pelo aluno G. R. na construção de seu texto e que expressa a relevância deste tipo de prática de educação patrimonial.

A experiência pedagógica descrita neste artigo revelou-se como um importante exercício reflexivo com o intuito de sensibilizar jovens da educação formal para as questões históricas, culturais e estruturais do Patrimônio Cultural de uma cidade. A transmissão do conhecimento acerca do desenvolvimento e da ocupação da cidade pelos facilitadores da oficina, bem como o reconhecimento do território a partir de ferramentas digitais como a navegação e identificação de lugares no *Google Earth* foram essenciais para despertar o reconhecimento espacial de uma cidade.

Complementarmente à navegação digital e ao reconhecimento digital interativo da cidade, a sensibilização do Patrimônio Cultural pode ser fomentada por trilhas e percursos no espaço do município, reforçando a conclusão dada pelo aluno T.V., em que demonstra ser “necessária uma iniciativa em conjunto com a própria população em começar a se conectar e conhecer a história e a cultura do local em que vivem”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gilberto Osório de & LINS, Raquel Caldas. **Pirapama**: um estudo geográfico e histórico. Recife/PE: MASSANGANA (FUNDAJ), 1984.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Editora Vozes Limitada, 2005.

CABO DE SANTO AGOSTINHO. Lei nº 3343, de 22 de dezembro de 2017. Institui a Política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (Plano Diretor Joaquim Nabuco) do Município do Cabo de Santo Agostinho, tendo como horizonte temporal o ano 2026, quando deverá ser revisado, e dá outras providências. **Leis municipais**: Câmara municipal, Cabo de Santo Agostinho, 2017.

DE MELLO, Evaldo Cabral. **O Brasil holandês**. Editora Companhia das Letras, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**: Cabo de Santo Agostinho. [S.l.; S.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/cabo-de-santo-agostinho.html> Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens tombados**. Brasília: S.d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126> Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Martins Fontes, 1997.

MORAIS DE BARROS, Alexandre. O crescimento urbano formal e informal da cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE e a consolidação de uma questão habitacional. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. **Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil**. Mercator (Fortaleza), v. 14, p. 63-81, 2015.

PORTOS E NAVIOS. **Portos e logística**: Crise atinge o Complexo de Suape, maior polo de atração de investimentos do Estado. [S.l.], 2016. Disponível em:

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/crise-atinge-o-complexo-de-suape-maior-polo-de-atracacao-de-investimentos-do-estado> Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63
